



10723283



08129.010733/2019-36



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Licitações

RESPOSTA

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01

Questionamento: A dúvida versa sobre os tópicos 5.10.2 e 5.10.3, respectivamente sobre a regularidade perante a Previdência Social e FGTS. O leiloeiro por não é pessoa jurídica, não sendo também empregador, assim não estaria sujeito às exigências dos referidos tópicos. Uma declaração, do próprio leiloeiro para ambos os tópicos seria suficiente? Uma vez que pela situação física do leiloeiro, o INSS e nem a CEF emitem as declarações solicitadas.

Resposta: Assim dispõe o Edital:

5.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

(...)

5.10.2. Comprovação de inscrição e da regularidade perante a Previdência Social;

5.10.3. Prova de regularidade com o FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, **ou se não for empregador, declaração nestes termos;**

No presente caso, a regularidade fiscal será comprovada mediante a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, nos termo da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, retirada do sítio eletrônico da Receita Federal: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=2>.

Por fim, ressaltamos que será dispensa a apresentação de certidões para fins de comprovação de regularidade fiscal, caso o leiloeiro possua cadastro no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF, conforme item 5.5 do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Presidente da Comissão Especial de Licitação**, em 10/01/2020, às 15:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10723283** e o código CRC **26CF45DB**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.